

Ibama denuncia devastação no Garimpo de Bom Futuro

Artur Gondim

Enquanto a Rio-92 discute a adoção de políticas de preservação ambiental, no Garimpo de Bom Futuro, em Rondônia, continua a devastação de uma grande área. Um relatório técnico do Ibama informa que já foram desmatados dois mil hectares de floresta, causando, em consequência, o assoreamento de igarapés e o progressivo comprometimento da bacia do rio Candeias.

O ministro da Educação e secretário interino do Meio Ambiente, José Góndemberg, já foi inerpelado pela Comissão de Minas e Energia, mas até agora, decorridos mais de dois meses, a situação continua se agravando. O relatório técnico do Ibama informa que os garimpeiros estão trabalhando sob a orientação da Cooperativa dos garimpeiros de Ariquemes (Coogari) sem qualquer licença ambiental, embora o governo de Rondônia tenha autorizado a operação passando por cima das suas recomendações.

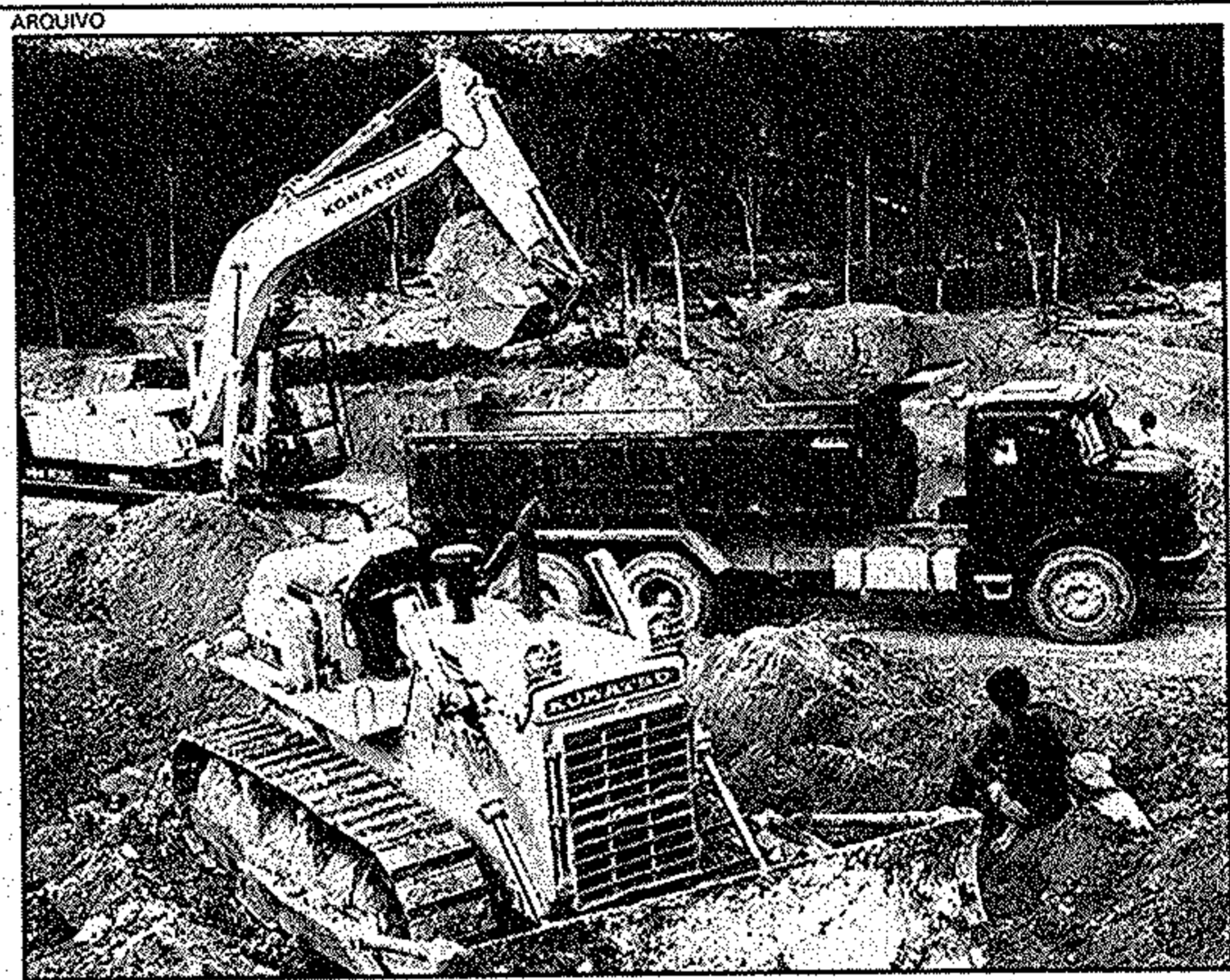
Na vistoria que os técnicos do Ibama realizaram em abril passado, foi constatado que o garimpo já chegou a utilizar cerca de 25 mil homens em atividade intensiva. Esses garimpeiros estavam alojados em barracos construídos com madeiras e plásticos, bastante rústicos e sem qualquer infraestrutura, conforto e saneamento ou condições de higiene.

Os garimpeiros foram expulsos pelas minerações, clandestinas. Segundo o Ibama, a exploração foi efetuada sem nenhuma técnica e qualquer conhecimento do potencial geológico, numa ação predatória e desorganizada que poderá comprometer a exploração racional da reserva de Bom Futuro, considerada a maior do mundo em cassiterita.

Métodos — O Ibama informa também que o método utilizado para exploração da cassiterita foi o desmonte hidráulico. O cascalho é bombeado para uma área de tratamento do minério. Nas áreas de ocorrência do minério primário, o método utilizado foi o desmonte mecânico com a utilização de retroescavadeiras e tratores e o uso de explosivos.

Outra preocupação do Ibama é com relação aos efluentes gerados no tratamento para a separação da cassiterita dos rejeitos areno-argilosos-cascalhosos. Há várias bacias de decantação; desses rejeitos sem qualquer orientação técnica. Eles se acham simplesmente expostos a partir da topografia da região. Essas bacias destruíram a vegetação existente.

Embora datado de 23 de abril, com recomendação de embargo, o garimpo de Bom Futuro continua em operação. O presidente da Comissão de Minas e Energia



Máquinas pesadas fazem da paisagem uma sucessão de crateras

Cooperativa explora área

A paisagem de Bom Futuro, um paraíso ecológico que hoje se transformou numa sucessão de crateras, nem de longe lembra um local de trabalho de simples garimpeiros. O minério é extraído por equipamentos pesados, como retroescavadeiras, tratores e caminhões-caçambas, representando vultoso investimento que a Cooperativa de Carpinteiros de Ariquemes (Coogari) jamais teria condições de fazer.

Foi essa a constatação dos membros da CPI do Narcotráfico quando vistoriaram a área. Ao colher depoimentos, os parlamentares constataram que todos os operários que trabalhavam na mineração não eram garimpeiros autônomos, mas empregados da própria cooperativa.

Ao levantar as questões relacionadas a direitos trabalhistas e sociais, os membros da CPI

verificaram que só os trabalhadores vivem em promíscuas condições de higiene. O galpão construído para abrigá-los acabou sendo inundado, devido ao desvio do rio Candeias para propiciar o prosseguimento da mineração ilegal.

Os parlamentares ficaram intrigados com o fato de a cooperativa ter recursos para adquirir equipamentos pesados de mineração, embora alegue não ter condições de oferecer melhor qualidade de vida a seus empregados, pois não recolhe contribuições previdenciárias nem qualquer outro tipo de obrigação trabalhista ou social.

Na verdade, a Coogari representa os interesses de empresas clandestinas de mineração. Desde que a cooperativa invadiu a reserva, a Ebesa vinha tentando na Justiça interditar a mineração ilegal e fazer valer sua autorização de lavra.

Ontem, finalmente, os ministros da primeira seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade (sete a zero) negaram a segurança pedida pela Coogari para anular os decretos de lavra.

da Câmara, deputado Eduardo Moreira, interpelou o ministro José Góndemberg, para que ele explique porque não mandou embargar o garimpo, como recomenda o relatório do Ibama, mas até agora o secretário interino do Meio Ambiente não deu qualquer justificativa.

O mais grave é que entre as empresas que estão estimulando a degradação ambiental da região estão a estatal brasileira Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a empresa alemã Ferrostaal, acusadas de comprar a produção

de Bom Futuro, através de uma empresa paulista, a Corumbataí Mineração.

A Comissão de Minas e Energia da Câmara já convocou o presidente da CSN, Roberto Procópio, para explicar a compra de estanho clandestino de Bom Futuro. Ao mesmo tempo, a Comissão de Minas e Energia pediu ao Departamento Nacional de Produção Mineral para que informe a origem do minério comercializado pela Corumbataí, já que, oficialmente, essa empresa paulista não possui reserva mineral.